

## MANUELA SILVA

*Ivone Leal  
Ilda Soares de Abreu*

Economista. Licenciada com a nota mais alta do Instituto Superior de Economia, em 1954, não foi convidada para docente do Instituto “por ser mulher”. Dedicou-se, então, a iniciativas que se coadunavam com os interesses já manifestados nos tempos de estudante: os aspectos sociais da economia, salários e repartição do rendimento, planeamento sócio-económico e experimentação, em Portugal, das técnicas de desenvolvimento comunitário.

Nos anos sessenta, promoveu a criação e chefiou o Serviço de Promoção Social Comunitária, no Instituto de Assistência à Família e projectos de desenvolvimento comunitário nas várias regiões-plano então definidas. Também participou em várias iniciativas de promoção educativa e cultural, promovidas pelo *Graal* de que se destacam as campanhas de alfabetização e conscientização da realidade social por parte das próprias pessoas. Essa experiência pioneira incidiu na zona de Portalegre, no Alentejo, bem como em bairros periféricos de Lisboa.

Foi a primeira directora do Gabinete de Estudos Sociais no Ministério da Saúde e Assistência que dirigiu até à sua extinção pelo ministro Baltazar Rebelo de Sousa.

Entrou como professora convidada para o Instituto Superior de Economia em 1970 e, depois do 25 de Abril, foi presidente do Conselho Directivo, presidente da Assembleia Geral de Escola e presidente do Conselho Pedagógico em sucessivos mandatos.

Participou da criação da Revista “Estudos de Economia” de que foi directora e membro do respectivo Conselho Editorial. Foi membro fundador do Centro de Estudos sobre Economia Portuguesa (CISEP) e sua presidente.

Em Outubro de 1974, foi nomeada presidente da Direcção do Instituto de Tecnologia Educativa. Ocupou o cargo de Secretária de Estado do

Planeamento no I Governo Constitucional entre Julho de 1976 e Agosto de 1977, onde se distinguiu pela segurança técnica das suas intervenções na Assembleia da República.

Está aposentada do lugar de Professora Catedrática Convidada do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Tem vários livros publicados no domínio da economia e das ciências sociais, de que se destacam: *A estrutura dos salários na indústria portuguesa*; *O emprego das mulheres em Portugal: a “mão invisível” na discriminação sexual no emprego*; *Desenvolvimento comunitário, uma técnica de progresso social*; *Portugal contemporâneo: problemas e perspectivas (org. e colaboração)*; *O sistema de ensino em Portugal (org. e colaboração)*; *O planeamento económico em Portugal (org. e colaboração)*; *A pobreza em Portugal (em colaboração)*; *Política Económica: questões metodológicas (em colaboração)*; *Desenvolvimento económico e repartição do rendimento (org., trad. e prefácio)*; *Aspectos sociais e éticos da economia (org., trad. e prefácio)*. Tem artigos publicados em várias revistas e obras colectivas da especialidade.

Outros trabalhos publicados no âmbito da igualdade de género com destaque para: *Oportunidades de formação profissional para as mulheres; As portuguesas e a União Europeia: prospectiva para a acção; A igualdade de género. Caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva*; “As mulheres face aos desafios da globalização”, comunicação apresentada no I Curso livre de Estudos sobre a Mulher, organizado pelo Centro de Estudos *Faces de Eva, Estudos sobre a Mulher*, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

No domínio da teologia, contam-se vários artigos em publicações diversas e dois livros editados pela Multinova: *Pelos caminhos da fé. À esquina do terceiro milénio* e *Utopia cristã e aventura humana*.

Católica praticante, foi presidente da JUCF, presidente do Movimento Internacional dos Intelectuais Católicos (*Pax Romana*), envolveu-se activamente no Movimento do *Graal*, onde desenvolveu um trabalho notório em prol das mulheres portuguesas, foi uma das fundadoras do Centro de Reflexão Cristã, em 1975, e sua presidente durante vários mandatos; foi directora da revista *Reflexão Cristã* e impulsionadora e directora do Departamento de Pesquisa Social daquele Centro onde se iniciaram os primeiros estudos de carácter científico sobre a pobreza em Portugal.

Presentemente, é vice-presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz. Foi condecorada com a Grã Cruz do Infante Dom Henrique.

Manuela Silva afirma que «é a fé que unifica todos os compromissos tomados ao longo da sua vida e lhe vai permitindo discernir, em cada situação concreta, as saídas possíveis e desejáveis [...] e que procura através da fé, iluminar a vida pessoal, que é sempre uma vida de busca,

busca de ser, de coerência, de verdade e de maior solidariedade e comunhão com os outros».

Falámos de tudo isso na entrevista que amavelmente concedeu a *Faces de Eva*.

*Manuela Silva, gostava que nos falasse do seu percurso de vida.*

Se quiserem, começo por dizer que nasci em Cascais, em 1932, passei a minha infância sempre em Cascais, nesse tempo não havia ensino pré-primário, entrei para a escola com sete anos e, como já levava de casa os conhecimentos que se adquirem na primeira classe, passei logo para a segunda. Quando completei a quarta classe, toda aquela zona estava desprovida de ensino secundário, nos concelhos de Cascais e Oeiras não havia Liceus nem Escolas Técnicas. Em Cascais, o único recurso era um colégio particular, católico, e, não sei por que razão, os meus pais optaram por me matricular numa escola pública, no Curso Comercial da Escola Ferreira Borges, em Lisboa. Foi assim que, com dez anos, uns dez anos muito infantis, comecei a fazer as viagens de Cascais – Lisboa – Cascais, numa altura em que os combóios tinham uma frequência de mais de uma hora de intervalo, levavam uma hora e tal de percurso e em que as aulas começavam às oito e meia da manhã. Tive o treino de uma vida bastante exigente.

Também é interessante notar que, durante o meu primeiro trimestre, não conhecia ninguém de Cascais que fosse para a Escola Ferreira Borges, só depois encontrei um rapazinho, que também morava em Cascais; tornámo-nos colegas o que foi óptimo, os meus pais ficaram mais descansados porque tinha uma companhia da minha idade.

Concluído o Curso Comercial, que tinha na altura uma duração de quatro anos, preparei-me, nas férias de verão, para a admissão ao Instituto Comercial que frequentei durante os dois anos necessários para poder ingressar na Universidade, no então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Entrei na Universidade com dezassete anos. Era o primeiro curso de uma reforma que começava nesse mesmo ano de 1949, era bastante exigente porque, pela primeira vez, em relação a anos anteriores, se introduziram cadeiras eliminatórias. Dos trezentos e dez alunos que nós éramos no primeiro ano, passámos trinta e um para o segundo ano e desses ficaram apenas dezanove em todas as cadeiras do terceiro ano. Quando tivemos que nos dividir entre o Curso de Economia e o Curso de Finanças, eu optei por Economia. Fiz os três últimos anos do curso já dentro dessa especialização e, então, éramos apenas quatro: três rapazes e eu. Concluí a licenciatura em Julho de 1954.

*Quem eram os três colegas?*

Os três colegas eram o Vasco Nunes da Silva, já era um homem amadurecido que tinha vindo da Escola Náutica, o Ricardo Faria Blanc e o José Viegas Dias.

*Havia competição entre os quatro “resistentes”?*

Éramos os quatro bastante unidos, trabalhávamos em conjunto e os professores também nos tratavam com muita deferência, porque nós, de alguma maneira, éramos vistos como os heróis, depois daquela “mortandade”. Lembro-me de um professor, em particular, que tinha alguma dificuldade em lidar connosco, porque era suposto termos um grande conhecimento de Matemática e ele, coitado, não tinha, pelo que, de quando em vez, nos recordava a sua ignorância nessa área, como para prevenir que não lhe fizéssemos determinadas perguntas. Em contrapartida, levava-nos à Biblioteca e despejava as estantes para nos saciar a curiosidade ...

Devo dizer que o período em que estudei na Universidade foi um período riquíssimo para mim, não só pelas matérias estudadas, mas sobretudo por me ter permitido encontrar pessoas de uma grande craveira intelectual. Quero lembrar, em particular, duas pessoas que já faleceram, o Adérito Sedas Nunes e o Francisco Pereira de Moura, que me marcaram muito no ponto de vista intelectual, cultural e espiritual. Aí percebi, pela vida deles, uma relação muito profunda entre a fé cristã e o empenhamento no mundo, especialmente no domínio da cultura.

*Já que focou esse ponto, gostávamos que nos falasse do seu trabalho na Juventude Universitária Católica, que não faz parte da vida académica, mas que se relaciona com ela ...*

Pois com certeza, porque isso é um vector extremamente importante na minha vida pessoal daquele tempo e que me marcou para o resto da vida. Nessa altura, a Juventude Universitária Católica Feminina era um movimento muito activo na Universidade. Aliás, em grande parte, isso deve-se à Ivone Leal, que já tinha formado uma geração de universitárias católicas, a geração com a qual eu lidei mais de perto.

*O seu primeiro contacto com a JUCF foi, salvo erro, num Campo de Férias da JUCF, na Nazaré. Era ainda muito jovem mas dizia-se que tinha tirado dezanove de nota na Faculdade, uma grande proeza para a época...*

Foi o meu primeiro contacto com a JUCF, porque a Juventude Católica Feminina na minha Faculdade não me entusiasmava muito e, embora também me relacionasse com as raparigas jucistas dava-me, sim, com os

colegas da Juventude Universitária Católica e participava das actividades comuns, exactamente por essa dimensão intelectual e cultural que me deixava deslumbrada. Comecei a ler os livros que eles liam e a dialogar sobre os vários temas que nos interessavam. Mas foi sobretudo nesse primeiro campo de férias, aonde eu fui, aliás numa situação ainda um pouco fragilizada porque tinha perdido o meu pai, de uma forma inesperada, em Janeiro desse ano. Tinha finalizado o ano lectivo com boas médias e surgiu aquela oportunidade, ofereceram-me a ida ao Campo de Férias e penso que, a partir daí, nunca mais deixei de estar ligada à JUCF, enquanto estive no meio universitário. No meu segundo ano, fui militante e no terceiro presidente; depois, fui presidente diocesana de Lisboa e já depois de licenciada presidente geral.

*Fez toda a carreira, passo a passo...*

Fiz toda a "carreira", e aconteceu também uma coisa particularmente importante nesse tempo que foi a organização de um Congresso sobre a Universidade, por iniciativa dos jovens da Juventude Universitária Católica e da Juventude Universitária Católica Feminina. Hoje, falar de congressos é banalidade, todos os dias há congressos, os esquemas já estão todos montados, há quem os financie, etc. Naquela altura não era assim. Eu acho que ouvi a palavra "congresso", pela primeira vez, quando alguém propôs essa iniciativa. Organizámos tudo de uma maneira voluntária e trabalhamos por equipas. Coube-me, nessa preparação do congresso, uma tarefa que eu considero importantíssima e que contribuiu imenso para a minha formação: colaborar na elaboração do primeiro inquérito que se fez à condição dos estudantes universitários, em Portugal. O congresso não comportava só teses teóricas, nós procurámos conhecer também a realidade universitária. É preciso dizer, ainda, que todos nós partimos para essa tarefa sem saber absolutamente nada de Sociologia (uma disciplina proscrita pelo Estado Novo), absolutamente nada de inquéritos, nada de nada, serviu-nos apenas a nossa criatividade; contudo, ainda hoje, se pode olhar para aqueles modelos de inquérito que nós fizemos e encontrar neles algum valor metodológico. Não sei donde nos veio aquele conhecimento. Hoje, não há ninguém que não faça o tratamento de inquéritos e entrevistas, para doutoramentos e outros fins, através dos computadores. Nós, porém, tratámos, manualmente, dois mil inquéritos individuais e cerca de meia centena de equipe, recolhidos junto dos estudantes universitários de Lisboa, Porto e Coimbra. Acresce que, com a nossa falta de experiência, esses inquéritos se estendiam por folhas e folhas de perguntas. Apesar disso, a iniciativa foi bem acolhida no meio universitário, tivemos muitíssimas respostas e tudo foi

apurado à mão, com risquinhos feitos em papel almaço colado nas paredes das águas-furtadas da casa do colega e colaborador José Manuel Antelo, risquinhos que se foram contando, fazendo cruzamentos, etc.

Foi uma experiência absolutamente inesquecível e que me deixou um grande empenho na vida universitária, uma grande convicção de que ser universitário não é apenas acumular matéria, mas é, fundamentalmente, uma atitude diante da vida, uma atitude de serviço, de serviço e de investigação, em permanente procura de novas respostas para os problemas que as pessoas têm, que as sociedades vivem.

*Como é que, sendo economista, se começou a interessar pelos Estudos Sociais?*

Comecei a interessar-me mais por essa vertente social a partir do fim do meu segundo ano da licenciatura, porque os programas dos dois primeiros anos do curso eram muito abstractos e, ao fim do segundo ano, perguntei-me se era mesmo aquele o curso que eu queria tirar. Depois, por reflexão pessoal e conversa com algumas pessoas, apercebi-me de que aquelas matérias eram ferramentas que serviam para intervir na sociedade. E, a partir daí, não tive dúvidas de que aquele curso me convinha e passei a interessar-me pelas matérias na perspectiva das suas implicações no social. O meu primeiro trabalho de investigação foi, exactamente, «A Estrutura dos Salários na Indústria Portuguesa», o que demonstra que já então revelava que o meu interesse não ia tanto para os problemas da banca ou das finanças, mas para a realidade social.

*Podemos lembrar os projectos que desenvolveu no “Graal”, da sua experiência na Holanda...*

Isso vai passar-se bastante mais tarde. O Movimento do *Graal* é um movimento internacional, um movimento de mulheres, um movimento católico, cristão como se diz hoje. O *Graal* apareceu na minha vida como confluência dos meus interesses profundos: era um movimento de mulheres e eu já nessa altura assumia a minha feminilidade e o meu papel de mulher na sociedade, era um movimento que tinha uma matriz cristã de aprofundamento da fé e do mistério cristão e que operava privilegiando a ligação entre a fé e a vida com o objectivo de contribuir para a transformação das sociedades especialmente nos aspectos que se relacionavam com a situação das mulheres. Nesse tempo, o movimento do *Graal* tinha uma componente comunitária forte, permitia um estilo de vida em comum, inclusivamente a partilha de bens, era um compromisso para a vida. Tudo isso formava um conjunto de vectores que correspondiam aos meus interesses fundamentais. A minha adesão ao *Graal* possibilitou-me contactos internacionais valiosíssimos na Europa e, sobretudo, contactos

de abertura a outros países, como os Estados Unidos, América Latina, África e Ásia. Foi um período de grande enriquecimento pessoal e beneficiei de um ano de formação num Centro Internacional do Movimento na Holanda.

*Em Portugal, a sua actividade, nesse âmbito, também foi marcante...*

Aqui em Portugal, a minha ligação ao *Graal* durou cerca de dez anos e, nesse período, envolvi-me, fundamentalmente, em dois tipos de projectos: a criação e direcção de um Centro de Arte e Cultura em Coimbra que se assumia como um espaço de diálogo pela via da arte e de debate cultural com o meio académico de Coimbra e um projecto de promoção humana e desenvolvimento das comunidades, inspirado nas metodologias de desenvolvimento comunitário. Este projecto desenvolveu-se numa zona à volta de Portalegre.

*Esse projecto, de um pioneirismo relevante, foi também um levantamento de carências, incluiu a prática de alfabetização e consciencialização social...*

Eu acho que a pergunta tem toda a razão de ser, aquilo foi um trabalho de facto pioneiro em Portugal. Teve duas componentes fortes: a primeira, foi um programa de alfabetização, segundo a metodologia de Paulo Freire. E convém aqui recordar que essa metodologia de Paulo Freire assenta, fundamentalmente, na conscientização das pessoas que querem ser alfabetizadas. Logo, a outra componente seria a conscientização que passa por assumir a realidade não só pessoal, como contextual, ou seja, a relação com a sociedade, sob o ponto de vista das relações, da propriedade, etc., o que supõe a interdisciplinaridade.

A alfabetização resultou numa experiência muitíssimo interessante, porque contou com a contribuição não só de sociólogos como também de linguistas, em que o destaque vai todo para o Prof. Doutor Lindley Sintra que, desde logo, compreendeu o alcance deste projecto e que, com a maior das humildades e disponibilidades, nos apoiou no levantamento do vocabulário a partir do qual se fazia depois a alfabetização. Assim, foi possível criar um vocabulário-chave constituído por um conjunto de 23 ou 24 palavras-chave que depois se desdobravam em sílabas, e com a combinação das sílabas era possível construir novas palavras de vocabulário corrente.

A motivação para cada trabalho de alfabetização partia sempre de uma realidade conhecida e de interesse local. Posso dar um exemplo. A primeira sessão partia da palavra "tijolo". E tijolo porquê? Porque a casa e a falta dela eram realidades vividas pelas pessoas e, por outro lado, a construção civil era uma actividade que florescia na região. Cada sessão

começava sempre pela projecção de cenas ligadas ao processo de construção de casas a que se seguia um debate em torno de toda essa problemática: como é que as pessoas viam a sua casa, o que sabiam da construção, por que é que uns têm boas casa e outros não, etc. Só depois do diálogo em torno desse centro de interesses comuns é que partíamos para a apresentação da palavra “tijolo” para então, se construir uma série de declinações, em que todas as vogais se ligavam às consoantes da palavra. No exemplo escolhido, aprendiam a dizer e depois a escrever “ta, te, ti, to, tu”; ja, je, ji, jo ju. E assim por diante. Era uma maneira de fazer alfabetização que empenhava todos. Eu não fiz alfabetização directamente, mas uma animadora contou-me, muito emocionada, que uma das mulheres do curso só com a palavra “tijolo”, logo na primeira sessão, construiu a frase “tu já lê” e teve uma alegria, uma euforia, um contentamento, absolutamente fora de série. Houve experiências extraordinárias nesse programa de alfabetização.

*A alfabetização decorreu em que anos?*

Começou em 1962, creio, e durou até alguns anos depois do 25 de Abril. Quando as pessoas já sabiam ler e escrever, aprendiam as matérias do programa de instrução primária e faziam os seus exames, normalmente. Ainda tentámos fazer programas adaptados à mentalidade dos alunos adultos, para as disciplinas de Matemática, Geografia e História, a partir de problemas concretos do seu quotidiano. Era um trabalho muito interessante porque envolvíamos no projecto, como voluntários, estudantes universitários e recém-licenciados de Lisboa e de Coimbra nessas aulas. Era nos campos de férias, onde nos reuníamos, que estas matérias se discutiam e planeavam. Estou convicta de que foi a partir daí é que se começou a pensar em programas mais gerais que se intitulavam *Evangelização e Desenvolvimento Humano*, onde se procurava que as pessoas se consciencializassem relativamente às necessidades que experimentavam, aos recursos de que dispunham e que se organizassem para mobilizar esses recursos em ordem à satisfação das suas necessidades. Foi assim que nasceram iniciativas interessantes como centros sociais comunitários, cooperativas de tecelagem, de colchas de *crochet*, entre outras.

*Conte-nos sobre a sua vida profissional, acabou o curso de Económicas e ficou a leccionar no Instituto?*

É uma pergunta malévola? É que essa história já foi contada tantas vezes...



*Não, decorre da lógica do seu "curriculum" escolar...*

Tudo levava a crer que sim. Eu terminei o curso em 1954 com a melhor média do curso. Só eu e outro colega é que tivemos 17.3 valores. Era expectável que fôssemos convidados para assistentes. Os meus três colegas foram convidados, até aquele que só tinha quinze valores de média, mas eu não fui. Em vez disso, o professor encarregado da cadeira chamou-me ao seu gabinete para me dar uma explicação – sentiu necessidade de dar uma explicação –, reiterava a imensa consideração que tinha por mim (ainda estou a ouvir as suas palavras) mas eu era rapariga e como rapariga, podia não ser capaz de manter a disciplina.

*Nunca tínhamos ouvido uma história como essa!*

Foi a explicação que me foi dada com mais ou menos pormenores. Afirmava que não tinha dúvidas de que eu faria uma boa carreira universitária, mas que não ficasse preocupada porque me ia arranjar uma bolsa e, de facto, arranjou-me uma bolsa no Centro de Estudos de Estatística onde trabalhava o Prof. Teixeira Ribeiro da Universidade de Coimbra. Foi com essa bolsa que eu me vi no final do curso. Era uma bolsa de mil escudos, muito menos do que o vencimento de assistente, mas não me importei nada com isso. O que acho mais curioso no meio disto tudo é que eu compreendi perfeitamente o professor e achei que ele até gostava de mim e tomara tal atitude para meu bem...

Mas a história não ficou por aqui, tem aspectos ainda mais interessantes. Pouco tempo depois, o Prof. Gonçalves Pereira, então director da Faculdade, chamou-me para me convidar para assistente. Era um homem que se pretendia aberto, tinha vindo dos Estados Unidos onde tinha observado experiências universitárias muito interessantes. Durante a conversa, foi-me dizendo que me contratava com a categoria de assistente, mas eu não tinha que dar aulas no Curso de Economia, deveria ocupar-me apenas da formação feminina das alunas, a quem, no seu entender, era muito importante ensinar culinária e jardinagem. A Faculdade tinha um grande jardim onde eventualmente se faziam as práticas de jardinagem...

*Mas isso é, no mínimo, hilariante...*

É preciso dizer que o Prof. Gonçalves Pereira era, por esse tempo, o administrador do Gás Cidla, empresa que patrocinava cursos gratuitos de culinária, o que justifica o seu interesse em que eu organizasse esses cursos na Faculdade. Na verdade acabaram por decorrer, em Económicas, alguns cursos de culinária, mas sem a minha intervenção. É que eu tive algum bom senso e recusei o convite, embora eu compreenda que ele me foi feito com as melhores das intenções.

*Continuou, portanto, no Centro de Estudos de Estatística, o que a motivou e o que desenvolveu no âmbito dessa bolsa?*

Com a bolsa, sentia-me livre para estudar o que eu quisesse e escolhi como tema de investigação «A Estrutura dos Salários na Indústria em Portugal». Escusado será dizer que orientação não tive quase nenhuma, o professor ia lá de vez em quando, mas o trabalho permitiu-me conhecer em profundidade as estatísticas, reflectir sobre as questões do salário, aperceber-me da desigualdade que havia entre salários de homens e mulheres, conhecimentos que me foram úteis para outros estudos que já não tinham nada a ver com esta bolsa e que estiveram na base do livro *O emprego das mulheres em Portugal: a “mão invisível” na discriminação sexual no emprego*.

Entretanto, complementava o orçamento com algumas explicações que, aliás, já vinha dando desde o primeiro ano da Faculdade. A partir do falecimento de meu pai dava muitas horas de explicações, cheguei às 25 horas por semana! Claro que, entretanto, eu andava à procura de emprego. Aconteceu que, em meados de 1955, eu e um grupo de outras jucistas, acompanhado pelo nosso assistente Pe. Domingos Maurício, íamos de comboio para a Inglaterra, a fim de participarmos num Encontro do Movimento *Pax Romana*. Por coincidência, ia, na primeira classe desse comboio, o Dr. Veiga de Macedo, então ministro das Corporações. O Pe. Maurício soube e quis apresentar-me ao ministro. Lá fui, com roupa de viagem, possivelmente de lençinho atado na cabeça, como então se usava, à presença do ministro. É preciso recordar que, naquela altura, conhecer um ministro era uma coisa muito importante, os ministros estavam no poder de pedra e cal. Lá fui apresentada pelo Pe. Maurício com grandes referências onde não faltaram alusões às minhas notas, etc. etc., como era hábito dele nestas ocasiões. Fui para a Inglaterra com o encargo de, no regresso, procurar o Sr. ministro no seu gabinete e assim fiz. Depois desse encontro, o ministro nomeou-me assistente dos Serviços de Acção Social. Mais uma vez, me vi numa posição insólita, porque nesses serviços eu era a única mulher assistente, os restantes eram homens. Mais, eles eram todos formados em Direito, eu era a única economista. Foi então que experimentei o que é criar o seu próprio lugar. Eu não era de Direito, não ia fazer o que eles faziam.

*Qual era, então, a tarefa que a esperava?*

Eu ia com a incumbência de me ocupar sobretudo do trabalho das mulheres.

Comecei por inventariar a situação (metodologia que tinha aprendido na JUCF) e a partir daí passei a criar e a pôr em marcha algumas

medidas de protecção às mulheres trabalhadoras. No âmbito desse meu trabalho, fez-se uma actualização da legislação portuguesa em função das Convenções da Organização Internacional do Trabalho, no que diz respeito à protecção à maternidade – na altura não se falava na protecção à paternidade – introduzindo melhorias na legislação, recuperando também alguma legislação importante da Primeira República. Fizemos outra coisa que estava prevista na lei mas não era aplicada: a criação de secções femininas nos sindicatos onde havia maior percentagem de mulheres. E o meu trabalho acabou por incidir muito na criação e no acompanhamento dessas secções bem como na formação das suas dirigentes.

Eu tinha cartão de inspectora, entrava nas fábricas quando queria e como queria, podia mandar chamar as operárias e conversar com elas, e assim conheci Portugal, de Norte a Sul, e contactei com a dura realidade do trabalho fabril de então. Acho que ouvi falar de aborto pela primeira vez e soube que havia assédio sexual nas empresas, quando as mulheres se me vinham queixar de serem molestadas pelos seus chefes e patrões.

Esta tarefa junto das mulheres permitia um trabalho transversal com todos os meus onze colegas dos diferentes sectores da actividade económica. Foi uma actividade extremamente importante para mim e dou graças a Deus por, a seguir ao curso, não ter ficado assistente da Faculdade, porque nunca teria tido essa experiência do real que decorreu entre os meus vinte e dois e vinte oito anos.

Foi, na verdade, um trabalho muito compensador, e como eu era a única economista, tornou-se, também, um capital importante para o grupo. Na altura, havia nos Serviços de Acção Social o hábito do chefe reservar as manhãs de sábado para debate intelectual interno: cada um dos assistentes apresentava um trabalho e durante a manhã todos nós o discutíamos. A propósito, recordo o Dr. Francisco Sousa Tavares, que também era assistente, era normalmente pouco assíduo, mas nunca faltava a essas sessões, todos nós admirávamos o seu brilho intelectual e arrojo político, pois fazia questão de afirmar a sua oposição ao regime.

Um dia calhou-me animar o debate, com a elaboração prévia de um texto de reflexão sobre a economia portuguesa e, ao que parece, também foi muito apreciado. E foi assim que comecei a ter lugar e respeito naquele ambiente de trabalho, inicialmente de reserva mas, depois, de uma excelente camaradagem e cooperação.

*Daí é que saiu para docente da Faculdade de Economia?*

Fiz este trabalho no Ministério das Corporações durante cinco anos e depois interrompi para ir para o Movimento do *Graal*. Quando voltei tinha feito uma especialização em Paris, em «Desenvolvimento Comuni-

tário», e vinha com a intenção de experimentar em Portugal os conhecimentos adquiridos. Em 1961, aproveitando os interstícios informais que a ditadura permitia, através de contactos pessoais, encabecei uma equipa que se denominava “Equipe de Estudos e Experimentação em Desenvolvimento Comunitário”. Era uma equipa multidisciplinar, na qual participavam representantes de vários serviços, além de uma colaboração do Centro de Estudos de Economia Agrária da *Fundação Gulbenkian*, que, além de um engenheiro agrónomo, disponibilizou um conjunto de bolsas de estudo para assistentes sociais a trabalhar no terreno.

O meu enquadramento institucional e o da Equipe era no Centro de Estudos de Economia Portuguesa dirigido pelo Prof. Francisco Pereira de Moura. Com a influência do Pereira de Moura e com o respaldo do Centro de Estudos de Economia Agrária, nós conseguimos ter um engenheiro agrónomo cedido pela Junta de Colonização Interna, um engenheiro de infraestruturas cedido pelo Ministério das Obras Públicas, uma médica pertencente ao Instituto Maternal, uma enfermeira da Misericórdia de Lisboa e, ainda, a colaboração de um técnico do Departamento de Planeamento. Conseguimos uma equipa coesa, interdisciplinar, que fez uma experiência de desenvolvimento comunitário em duas freguesias do concelho de Alcobaça, a Benedita e o Bárrio. Foi um trabalho de equipa que durou cerca de 5 anos e que permitiu ver que, afinal, existiam recursos e serviços apropriados ao planeamento do desenvolvimento local participado e que os técnicos, quando motivados, trabalhavam de outra maneira.

Foi uma experiência que me deu a base teórica para o projecto do *Graal* de promoção de desenvolvimento humano.

Não havia, porém, um serviço específico de enquadramento para o pessoal de serviço social, o qual não podia continuar indefinidamente dependente das bolsas e da boa vontade dos responsáveis de estágio das suas escolas. Entretanto, o Dr. Francisco Neto de Carvalho, que tinha sido director-geral do Trabalho e com quem eu tinha trabalhado no Ministério das Corporações, tinha sido nomeado ministro da Saúde e pretendia reformar aquele Ministério. Aproveitei e fiz-lhe uma proposta no sentido de se criar um Serviço de Promoção Social Comunitária. O serviço foi criado e eu fui chefiá-lo com a condição, imposta pelo ministro, de eu assegurar, simultaneamente, a direcção do Centro de Estudos Sociais que ele desejava criar no seu Ministério, para promover a investigação no domínio da acção social. De princípio reagi negativamente, porque não queria a acumulação, insisti bastante em que essa tarefa fosse entregue ao Prof. Sedas Nunes a quem o ministro acabou por convidar, mas sem êxito. Fiquei, então, a assegurar os dois serviços.

Isto para dizer que, em 1970, já tinha não só *curriculum* experiencial, mas também *curriculum* científico, artigos publicados na revista do Gabinete de Estudos Corporativos e na Revista do Centro de Estudos Sociais e Corporativos, era directora de um Centro de Estudos e da sua revista, "Informação Social". Foi nessa altura que o Francisco Pereira de Moura, que estava a introduzir no ISEG uma reforma não formal do plano de estudos, através do desdobrimento das cadeiras que já existiam, fez um desdobrimento na cadeira de Planeamento, para incluir uma matéria de Planeamento Social. Fui, então, convidada para professora auxiliar, para criar essa cadeira e a desenvolver. E, assim, entrei para o ISEG no ano lectivo de 1970-1971.

*Depois, com o governo de Marcelo Caetano como decorreram as suas actividades no Gabinete de Estudos Sociais?*

Em boa hora entrei para o ISEG porque, com a primavera marcelista, em Março de 1971, a nova equipa ministerial que se ocupava da pasta da saúde era bem mais fechada do que a anterior, designadamente no que tocava às relações com as autarquias e os poderes locais e acabou por dismantelar os serviços mais inovadores que tinham sido criados na Direcção Geral de Assistência pelo afastamento dos seus quadros dirigentes. O Gabinete de Estudos Sociais não foi excepção. Através de um despacho lacónico "por conveniência de serviço", fiquei a saber que o Gabinete era extinto e se dava por terminada a prestação de serviço da sua directora. Foi uma experiência de injustiça e impotência de que me ficou uma certa raiva, por ver como se pode destruir impunemente trabalho válido e necessário, em função de mesquinhos interesses políticos. Protestei junto dos amigos e conhecidos com algum poder político; fiz chegar a pressão possível junto do Chefe do Governo, mas de nada valeu.

Por essa altura, eu estava já a leccionar no velho Quelhas há meio ano. Com a minha demissão, foi possível dedicar-me ainda com mais gosto às funções de investigação e docência. Em paralelo, criei e desenvolvi outros interesses de investigação-acção: a defesa dos consumidores; o papel das cooperativas; os indicadores sociais, etc.

Acumulei a actividade da docência em outras escolas de ensino superior, designadamente, o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e o Instituto de Sociologia de Évora.

*Houve alguma razão, em especial, para não se preocupar em fazer um doutoramento?*

Num olhar retrospectivo, julgo que não me doutorei porque sempre me pautei pelo princípio de que cada coisa tem o seu tempo. É preciso

dizer que eu entrei em Económicas como professora auxiliar e isso é o primeiro factor, depois, sempre dei prioridade às coisas que fui considerando mais importantes em cada momento e o doutoramento acabou por ser um projecto que estava apenas no meu horizonte longínquo. Em 1973, pensei a sério no doutoramento: escolhi um tema que se relacionava com os meus interesses anteriores: a repartição do rendimento; escolhi como orientador um professor francês da Universidade de Nanterre, o Prof. Guy Caire, as coisas estavam bem encaminhadas. De Setembro de 1973 a Janeiro de 1974, estive em França, com uma bolsa, fazendo investigação nessa área. No dia 24 de Abril de 1974, tinha encontro marcado com o então governador do Banco de Portugal, o Prof. Jacinto Nunes, o professor que, na minha escola, me pareceu a pessoa mais próxima para me orientar, a fim de lhe levar um esquema pormenorizado da tese e falar-lhe do co-orientador francês.

Nesse dia, de manhã, fui dar aulas ao Instituto Superior de Economia e Sociologia de Évora, onde era docente da cadeira de Desenvolvimento e de Planeamento Social, entre outras. A entrevista com o professor era às seis horas da tarde. No regresso, porém, tive um furo que me fez perder algum tempo, mas lá segui viagem. Só que, uns quilómetros adiante, tive outro furo, sem o primeiro arranjado. Não há memória de ter dois furos numa estrada quase deserta. Então, não havia telemóveis. Fiquei no descampado do Alentejo, dependente de uma boleia que me levasse a tratar da substituição dos dois pneus inutilizados. Com todos estes precalços não era possível chegar a tempo à entrevista marcada. Alterar uma reunião é uma coisa normal, contei o que tinha acontecido e a justificação ficou dada e aceite, não me lembro se marcámos logo outra data. Só que isto se passava na tarde do dia que viria a ser a véspera do 25 de Abril. Deu-se a Revolução e nos tempos que se lhe seguiram não mais me lembrei do doutoramento, empenhada que estava com outras tarefas. À medida que o tempo passava, menos me interessava por um eventual grau de doutoramento. Também, em rigor, nunca precisei dele, graças a Deus.

*Depois do 25 de Abril como lidou com os movimentos estudantis que se seguiram?*

Depois do 25 de Abril, os alunos criaram uma Comissão Directiva e elegeram-me presidente dessa Comissão. O Francisco Pereira de Moura estava na política como ministro da Presidência, creio, senão teria sido ele com certeza o escolhido para a presidir; na falta dele, fui eu a escolhida. Recordo que, então, eu era professora auxiliar. Nas reuniões de professores e outras, havia professores extraordinários e catedráticos, alunos,

de todas as tendências políticas, brasileiros e cubanos, coitados, que estavam refugiados dos seus países e queriam a todo o custo entrar para a Faculdade, e os funcionários também eles com os seus problemas e divisões político-partidárias. Foi uma tarefa delicada que, afinal, feito o balanço, a estes anos de distância, acho que correu muito bem.

*Não houve, portanto, problemas semelhantes aos que decorreram noutras Universidades...*

Nada, nada, tudo decorreu com muita civilidade, os professores mais comprometidos com o regime anterior foram os primeiros a achar que se deviam distanciar. Claro que havia que lidar com as dificuldades próprias do momento, mas havia um funcionamento relativamente normal. Para mais numa escola onde se tinha visto um estudante ser assassinado poucos meses antes da revolução de Abril.

*Para além de docente universitária que outros interesses profissionais a moveram, a partir daí?*

Durante esse ano lectivo (1974-1975), convidaram-me para presidente do Instituto de Tecnologia Educativa. Era secretário de estado da Orientação Pedagógica o Prof. Rui Grácio, que eu não conhecia fora dessa situação política e que se mostrou sempre uma pessoa muito inteligente e de trato muito agradável. Acontece que eu não sabia nada de tecnologia educativa, absolutamente nada, também nunca me tinha visto com responsabilidades de gestão numa casa com a dimensão daquele Instituto que, na altura, já tinha um orçamento bem alto, basta lembrar que superintendia a Telescola. Senti-me a fazer o meu "serviço cívico", assumi que tinha que dar o meu contributo à Pátria... Aceitei o mandato para pôr a casa em ordem, mas apenas por um ano, pois era minha intenção voltar a docente de Económicas e assim aconteceu.

*Que balanço faz, hoje, desse trabalho?*

O Instituto estava muito minado politicamente. Agora, recuando no tempo, até percebo as várias forças que ali havia. Mas funcionava e consegui acabar com muitos privilégios estabelecidos. Foi possível trazer para o Instituto pessoas de muita qualidade, como foi o caso do Bártolo Campos, a Maria Emília Brederode Santos, a Helena Amorim, a Isabel Tamen, o Marques Lito, o Melo, entre outras pessoas, que eu consegui colocar à frente dos vários departamentos. Penso que foi um trabalho interessante e correspondeu às minhas expectativas. Saí quando expirou o tempo que tinha concedido a mim mesma para fazer aquele trabalho. Não gostaria de ter ficado mais tempo.

*Integrou o Primeiro Governo Constitucional, como Secretária de Estado do Planeamento; quer falar dessa experiência?*

Voltei a leccionar em Económicas no ano lectivo de 1975/76. Em Junho de 1976, fui convidada para o cargo de secretária de estado do Planeamento no I Governo Constitucional, onde também estive um ano, mas aí eu ia sem um prazo pré-estabelecido ou melhor com o prazo de uma legislatura e com o intuito de pôr em prática o Programa do Governo que eu própria ajudara a redigir na parte que me cabia. Foi o que tentei fazer e alguns marcos terão ficado, como seja a criação e entrada em funcionamento de Comissões de Planeamento em todos os Ministérios, a definição e implementação de uma orgânica de planeamento regional e a elaboração de um plano de desenvolvimento de médio prazo, segundo uma estratégia de prioridade de satisfação de necessidades básicas da população e emprego. Parecia que se iam estabelecendo consensos e formando vontade política para os levar à prática. Mas os constrangimentos financeiros e os acordos com o FMI empurraram o barco em direcção oposta. Ofereci a resistência possível, que era, aliás, particularmente débil, dada a minha condição de independente. A dada altura, apercebi-me que não tinha condições políticas para continuar. Concluí que não estava a fazer nada no Governo e por duas vezes, por razões bem precisas, pedi a minha demissão. O Primeiro Ministro recusou, mas à terceira tentativa dei-a por irrevogável. Foi uma experiência interessantíssima na minha vida, porque foi a experiência política mais próxima do poder que eu tive. Devo confessar que não me reconheço qualidades políticas particulares. No entanto, reconheço que sempre quis fazer o meu trabalho da maneira honrada, séria e o mais isenta possível. Foi um trabalho interessante e motivador para todas as pessoas que nele se empenharam. Também penso que o trabalho que fizemos durante vários meses e que ficou documentado em doze volumes, veio a servir de referência na formação de muita gente, quer nas Faculdades (na minha serviu), quer a nível dos organismos da Administração Pública. Por tudo isto não dei por mal empregado o tempo. Acho que poderia ter continuado se as circunstâncias fossem outras.

*Falámos da sua vida pessoal, da sua vida profissional, do voluntariado da sua vida política e tudo isso está ligado. Falemos do seu envolvimento na Igreja e como se liga com o resto.*

Não falei nessa questão porque ela é a chave do entendimento de tudo, nada é fragmentado, há uma unidade por detrás deste percurso e essa unidade é a minha fé em Jesus Cristo e na Igreja, é a minha fé que unifica todos estes compromissos e também é a minha fé que me vai



permitindo discernir em cada situação concreta, as saídas possíveis ou desejáveis. Eu acredito que cada pessoa é única, irrepetível e singular, mas essa singularidade é sempre uma singularidade situada, no tempo, no espaço, no feixe de relações, situada numa cultura também. É isso que eu procuro: através da fé, iluminar essa vida pessoal, que é sempre uma vida de busca, busca de ser, de coerência, de verdade e de maior solidariedade e comunhão com os outros.

*Ocupa-se, no entanto, de funções ligadas directamente com o serviço da Igreja, como por exemplo a Comissão de Justiça e Paz...*

Sim, já antes disso tive outras funções na Igreja, umas mais visíveis, outras menos. No trabalho da Igreja não tem que se ter sempre visibilidade de expoente. No entanto, como católica, gostaria de destacar dois compromissos que acho importantes: o meu compromisso no Movimento Internacional dos Intelectuais Católicos (*Pax Romana*), de que fui presidente durante um mandato. Outro compromisso é com o Centro de Reflexão Cristã, que eu e outras pessoas, entre elas a Ivone Leal, criámos, em 1975, e que se mostrou uma iniciativa muito importante por várias razões entre outras, porque partiu de leigos, que quiseram assumir a sua plena responsabilidade de membros da Igreja. É, portanto, uma iniciativa de leigos, conduzido sob a sua responsabilidade e tendo como preocupação promover, estimular e fazer surgir, uma reflexão sobre a realidade do ponto de vista da fé. Fui presidente durante vários anos do Centro de Reflexão Cristã e directora da Revista *Reflexão Cristã* também durante alguns anos. Acho que o CRC é uma iniciativa que, do ponto de vista da Igreja e de Portugal, não pode ser ignorada, pela sua originalidade e pelo impacto que teve no debate sobre temáticas de fronteira e na criação de plataformas de entendimento com pessoas que se situam nas franjas da Igreja. São disso exemplo as sucessivas Conferências de Maio. Neste contexto, merecem também destaque as iniciativas, pioneiras em Portugal, de criar espaço de reflexão e debate em torno da situação e da missão das mulheres na Igreja. Estão publicados os trabalhos desses seminários e encontros.

Nos últimos tempos, tenho desenvolvido uma tarefa escondida que, de resto, faço com muito gosto: ajudar as congregações religiosas, inclusivé na preparação de alguns capítulos provinciais e gerais, nos seus processos de *aggiornamento* e de formação permanente dos seus membros. É um sinal promissor, penso, em relação ao futuro.

Lisboa, Outubro de 2003.